

Aos 13 dias do mês de abril de 2022 as 08:00 horas reuniram na sede da Câmara de Vereadores de Dilermando de Aguiar os membros do Comitê de Investimentos do RPPS presente Laudir Arnildo Lobler, Fabiane Pinton, Ana Maria Vieira Gomes, Luciano Rossi e do Conselho de Previdencia Jecelaine Barchet Lobler, Carmem Augustin e Jenifer Costa para deliberarem sobre a seguinte pauta: a) chamamento público, convenio com a EPC! b) projeto sugestão de alteração da Lei do RPPS, enviado com o Ofício ao Executivo; c) novo estudo cálculo atuarial; d) análise da rentabilidade das aplicações no mês de março; e) nova lei do Comitê de Investimento; f) análise do cenário macroeconômico de curto prazo, bem como as expectativas de mercado; g) avaliação dos investimentos que compõem o patrimônio dos diversos segmentos de aplicação; h) enquadramento das aplicações; i) Aplicações dos fundos com a crise e j) assuntos gerais. Iniciou-se com a fala do Senhor Luciano comentando a respeito do chamamento público para convênio com a EPC e projeto sugestão de alteração da Lei do RPPS, ambos enviados ao Executivo para análise, sendo que até o momento não houve manifestação por parte do mesmo sobre o envio para a Camara de Vereadores. Assim sendo a Presidente Ana Maria e o Luciano ficaram encarregados de conversar com o Setor de Licitações e Procuradoria Jurídica para agilizarem o referido processo de chamamento publico para contratação de entidade gerenciadora de recursos para previdencia complementar conforme determina nossa lei. Após a Presidente Ana Maria, colocou para os demais que participou de uma reunião com o contador do município, Francisco e um atuário, o qual colocou ser necessário ter uma empresa exclusiva só para parte de cálculo atuarial relacionada as alterações ocorridas no exercicio. Solicitou também um orçamento para a empresa BR Prev para atender as novas exigências, sendo que o mesmo ficou no valor de R\$ 17.000,00, o qual será analisado por todos devido as despesas fixas do fundo terem aumentado no último mês por conta de pagamento de taxa de cursos e gratificações aos novos membros. Houve gasto também com a aquisição de um arquivo de aço novo para organização da documentação do fundo e servidores. Após achou-se por bem, solicitar um novo orçamento para outra empresa para a realiação de um calculo atuaia somente para as alterações ocorridas com o aumento do numero de cargos no plano de carreira. A presidente Ana Maria concluiu colocando que no período de 01 a 31 de março de 2022, tivemos um rendimento de R\$ 179.149,43. Para finalizar os membros Laudir e Luciano colocaram a respeito do projeto que prevê a nova lei do comitê de investimentos, a qual terá que ser totalmente reformulada, contendo atribuições gerais oito areas específicas co atribuições de acompanhamento, principalmente as relacionadas as normas aplicáveis as avaliações atuarias, definição do plano de custeio e equacionamento do déficit atuarial, conforme constantes na Portaria nº. 464/2018 e que tal lei será posta a disposição dos membros do conselho e comite ainda essa semana para analise e posterior encaminhamento ao Poder Executivo. Com relação aos itens “d” e “f” foi colocado que, em relação ao atingimento da meta atuarial, de acordo com a IDAF / Referencia e DAIR o RPPS no mês de março obteve uma rentabilidade positiva de

1,09%. Comparando com a meta/objetivo para o período de 2,04%, notamos que o desempenho foi POSITIVO, porem abaixo da meta, pois não atingimos o percentual objetivo do mês de 2,04%. Quanto ao fluxo de caixa, item “g”, o senhor Laudir informa que hoje há um bom suporte para suprir as obrigações do mês em curso, tendo em vista que temos em conta, o valor de R\$ 16.690.510,23 e que tivemos um rendimento positivo no mês de R\$ 179.149,15 o que equivale a uma rentabilidade positiva de 1,09%. Feita as avaliações necessarias quanto aos rendimentos e o não atingimento da meta optou-se mesmo assim pela continuidade das aplicações junto ao banco do Brasil, Caixa e Banrisul. Com relação a rentabilidade dos fundos, tivemos uma rentabilidade positiva no geral e por orientações da empresa IDAF, optamos por permancer com as mesmas carteiras. Com relação ao item “h” e “i” foi colocado que os recursos do RPPS estão sendo aplicados nos mesmos de forma enquadrada nos fundos do Banrisul, Banco do Brasil e Caixa. Nos assuntos gerais foi colocado pela presidente que entrou em contato com o RPPS do Municipio de São Gabriel para buscar informações sobre a implantação do Pro Gestão e que foi informada que la não é fundo e sim Instyituto o que pode ser diferente com relação aos requisitos do Pro Gestão. Nesse ponto foi colocado pelo Luciano que não há diferenciação apenas a necessidade de maior nivel de aderencia por se tratar de Instituto. Nada mais havendo a tratar, eu Laudir Lobler, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes a essa reunião.